

RELATÓRIO METODOLÓGICO TIC ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS 2016

INTRODUÇÃO

O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), por meio do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), apresenta a metodologia da Pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos.

A pesquisa tem grande relevância para o cenário nacional das organizações da sociedade civil, uma vez que estas exercem um papel central para a promoção do desenvolvimento humano e sustentável, e as tecnologias de informação e comunicação (TIC), por sua vez, podem contribuir positivamente para o fortalecimento do setor.

O estudo foi realizado em todo o território nacional abordando os seguintes módulos temáticos:

- Módulo A: Infraestrutura de TIC;
- Módulo B: Uso das TIC;
- Módulo C: Capacidades e habilidades em TIC;
- Módulo D: Perfil das organizações.

OBJETIVOS DA PESQUISA

A pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos tem como objetivo principal mapear a infraestrutura, o uso, as capacidades e as habilidades acumuladas nas organizações sem fins lucrativos sobre as TIC, de forma a gerar dados que ajudem a compreender a penetração dessas tecnologias, os aportes para a gestão das instituições e possíveis benefícios para as comunidades em que atuam.

CONCEITOS E DEFINIÇÕES

De forma a potencializar a comparabilidade internacional de seus resultados, a pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos baseia seu marco conceitual no *Handbook on non-profit institutions in the system of national accounts* (Manual sobre as instituições sem fins lucrativos

no sistema nacional de contas), elaborado pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas em conjunto com a Universidade Johns Hopkins e publicado em 2002.

A investigação também leva em consideração as experiências anteriores de aplicação de parâmetros internacionais para a avaliação do cenário brasileiro, como é o caso do estudo *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil (Fasfil)*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), realizado em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife).

ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

Diante deste marco de referências, as organizações sem fins lucrativos a serem analisadas são definidas como:

- a) privadas e, portanto, não integrantes do aparelho do Estado;
- b) sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podendo até gerá-los, desde que aplicados nas atividades-fim;
- c) institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas;
- d) autoadministradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e
- e) voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2010).

Para a definição do público-alvo da pesquisa é utilizada a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE 2.0) e a Tabela de Natureza Jurídica 2009.1, da Comissão Nacional de Classificação (Concla).

A Tabela de Natureza Jurídica identifica a constituição jurídico-institucional das entidades públicas e privadas no país segundo cinco grandes categorias: administração pública; entidades empresariais; entidades sem fins lucrativos; pessoas físicas e organizações internacionais; e outras instituições extraterritoriais.

A CNAE pode ser definida como uma estrutura-base sobre a qual as pessoas jurídicas no Brasil estão categorizadas de acordo com suas atividades econômicas, oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional e pelos órgãos federais gestores de registros administrativos. A CNAE 2.0 é derivada da International Standard Industrial Classification of All Economic Activities (ISIC 4), cujo gestor é a Divisão de Estatísticas das Nações Unidas.

A CNAE 2.0 não distingue os tipos de propriedade, natureza jurídica, tamanho do negócio, modo de operação e a legalidade da atividade. Sua estrutura hierárquica tem cinco níveis de detalhamento: seções, divisões, grupos, classes e subclasses.

ATIVIDADE-FIM

A categorização das organizações por atividade-fim é elaborada a partir de uma combinação da Tabela de Natureza Jurídica 2009.1 e da seção e classe da CNAE 2.0, que estão presentes no Cadastro Central de Empresas (Cempre), do IBGE, conforme disposto na Tabela 1.

TABELA 1
CATEGORIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES EM ATIVIDADE-FIM

Atividade-fim	Natureza Jurídica	CNAE 2.0	Descrição CNAE 2.0
Saúde e assistência social	–	SEÇÃO Q	Saúde humana e serviços sociais
Cultura e recreação	–	SEÇÃO R e CLASSE 94936	Artes, cultura, esporte e recreação; atividades de organizações associativas ligadas à cultura e arte
Educação e pesquisa	–	SEÇÃO P	Educação
Desenvolvimento e defesa de direitos	–	CLASSE 94308	Atividades de associações de defesa de direitos sociais
Religião	322-0 Organização Religiosa	CLASSE 94910	Atividades de organizações religiosas
Associações patronais, profissionais e sindicais	313-0 Entidade Sindical	CLASSE 94111, 94120 e 94201	Atividades de organizações associativas patronais, empresariais e profissionais; atividades de organizações associativas profissionais; e atividades de organizações sindicais
Outros	Todas as organizações não classificadas anteriormente		

PORTE

Com relação ao porte das organizações, a pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos considera aquelas com nenhuma pessoa remunerada, de 1 a 9 pessoas remuneradas, e 10 ou mais pessoas remuneradas. Pessoas remuneradas são aquelas, com ou sem vínculo empregatício, que recebem pagamento regular pelo seu trabalho.¹

POPULAÇÃO-ALVO

A população-alvo da pesquisa compreende todas as organizações sem fins lucrativos brasileiras listadas pelo Cempre, do IBGE, e que pertençam às naturezas jurídicas e aos setores da CNAE 2.0 de interesse da pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos.

¹ Para fins de seleção da amostra, são consideradas as quantidades de pessoas ocupadas no Cempre, definidas pelo IBGE como aquelas com ou sem vínculo empregatício, remuneradas diretamente pela organização. O número de pessoas ocupadas considera os assalariados, autônomos remunerados diretamente pela empresa, empregadores e sócios, pessoas da família e trabalhadores temporários. Não são considerados terceirizados e consultores.

De acordo com a Tabela de Natureza Jurídica 2009.1, foram consideradas na pesquisa as organizações com as seguintes naturezas:

- 306-9 – Fundação privada;
- 313-1 – Entidade sindical;
- 323-9 – Comunidade indígena;
- 320-4 – Estabelecimentos, no Brasil, de fundação ou associações estrangeiras;
- 322-0 – Organização religiosa;
- 399-9 – Associação privada.²

Outro recorte importante definido pelo estudo TIC Organizações Sem Fins Lucrativos é a exclusão de hospitais e instituições de ensino formal (escolas e universidades). Por um lado, essa decisão tem o objetivo de considerar um grupo de organizações mais homogêneo, tendo em vista as atividades especializadas desse tipo de instituição. Outro motivo que orienta essa escolha é o fato de o Cetic.br já investigar a penetração das TIC em estabelecimentos de saúde, com a realização da pesquisa TIC Saúde, e em escolas públicas e privadas, por meio da pesquisa TIC Educação.³

No caso dos estabelecimentos de saúde, opta-se por não considerar no universo as organizações classificadas como de “Atividade de atenção à saúde humana”. Segundo a CNAE 2.0, essa divisão compreende as atividades de hospitais gerais ou especializados que permitem internações de longa ou curta duração, hospitais psiquiátricos, centros de medicina preventiva, consultórios médicos e dentários, clínicas médicas e outras atividades ambulatoriais. Essa divisão compreende também as atividades praticadas por todos os profissionais relacionados à área da saúde, as atividades de apoio à gestão de saúde e as de práticas integrativas e complementares à saúde humana.

Também são retiradas do universo de pesquisa as organizações dedicadas à educação escolar, que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), dedicam-se à Educação Básica e Educação Superior. Além disso, são excluídas as organizações de Educação Profissional de nível técnico e tecnológico, associadas à educação escolar. Ainda nesse campo, são retiradas as organizações que realizam atividades de apoio à educação, tais como caixas e conselhos escolares, associações de pais e mestres, círculos de mestres e similares. Segundo a Fasfil, esses tipos de organização não devem ser incluídos porque são criados a partir de exigências do governo para repasse de recursos públicos, não atendendo, portanto, ao critério de entidades que surgem de maneira voluntária (IBGE, 2010).

² Não são consideradas no estudo as naturezas:
303-4 – Serviço Notarial e Registral (Cartório);
307-7 – Serviço Social Autônomo;
308-5 – Condomínio Edifício;
310-7 – Comissão de Conciliação Prévia;
311-5 – Entidade de Mediação e Arbitragem;
312-3 – Partido Político;
321-2 – Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior; e
324-7 – Fundo Privado.

³ Mais informações no *website* do Cetic.br. Recuperado em 08 fevereiro, 2017, de <http://cetic.br/pesquisas-indicadores.htm>

Sendo assim, não são consideradas na pesquisa as organizações com as seguintes classificações na CNAE 2.0:

- Seção: Q – Saúde Humana e Serviços Sociais
 - Divisão: 86 – Atividades de atenção à saúde humana
 - 861 – Atividades de atendimento hospitalar;
 - 862 – Serviços móveis de atendimento a urgências e de remoção de pacientes;
 - 863 – Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos;
 - 864 – Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica;
 - 865 – Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos;
 - 866 – Atividades de apoio à gestão de saúde;
 - 869 – Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente.

- Seção: P – Educação
 - Divisão: 85 – Educação
 - 851 – Educação Infantil e Ensino Fundamental;
 - 852 – Ensino Médio;
 - 853 – Educação Superior;
 - 854 – Educação Profissional de nível técnico e tecnológico;
 - 855 – Atividades de apoio à educação.

UNIDADE DE ANÁLISE E REFERÊNCIA

A unidade de referência é a unidade local que, segundo a definição do IBGE, corresponde:

“ao(s) endereço(s) de atuação das empresas, usualmente designado(s) estabelecimento(s). Na prática, a definição de unidade local do Cadastro Central de Empresas do IBGE coincide com a dos cadastros da Administração Pública, onde cada local de atuação da empresa recebe uma identificação fiscal própria (número de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ), podendo ocorrer, em casos isolados, a identificação de mais de uma unidade em um mesmo endereço. (...) Cada unidade local é identificada com um número CNPJ de 14 dígitos, cujos oito primeiros (raiz) identificam a empresa e são comuns a todas as unidades locais, os quatro seguintes (sufixo) identificam os endereços de atuação da empresa e os dois últimos são dígitos verificadores” (IBGE, 2007, p. 22).

DOMÍNIOS DE INTERESSE PARA ANÁLISE E DIVULGAÇÃO

Para as unidades de análise, os resultados são divulgados para os domínios definidos com base nas variáveis e nos níveis descritos a seguir.

- **Região:** corresponde à divisão regional do Brasil em cinco macrorregiões, segundo critérios do IBGE, que considera: Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sudeste e Sul;

- **Porte:** corresponde à divisão das organizações sem fins lucrativos segundo o número de pessoas remuneradas, respectivamente: nenhuma pessoa remunerada; de 1 a 9 pessoas remuneradas; e de 10 ou mais pessoas remuneradas;
- **Atividade-fim:** corresponde à classificação das organizações em associações patronais, profissionais e sindicais; educação e pesquisa; cultura e recreação; desenvolvimento e defesa de direitos; religião; saúde e assistência social e outros.⁴

Para fins de divulgação dos resultados, é comum o agrupamento de alguns domínios de análise com base nos erros amostrais obtidos após a coleta.

INSTRUMENTO DE COLETA

INFORMAÇÕES SOBRE OS INSTRUMENTOS DE COLETA

Para coleta das informações de interesse na pesquisa é construído um questionário estruturado, com perguntas fechadas e abertas (quando for o caso). Maiores informações a respeito do questionário podem ser vistas no item Instrumento de coleta no Relatório de Coleta de Dados da Pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos.

PLANO AMOSTRAL

O desenho considera amostragem estratificada com seleção aleatória simples das organizações dentro de cada estrato.

CADASTRO E FONTES DE INFORMAÇÃO

O Cadastro Central de Empresas (Cempre), do IBGE, constitui uma consolidação e atualização das informações de empresas e outras organizações formais, inscritas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal, e suas respectivas unidades locais que responderam as pesquisas econômicas do IBGE e/ou declararam a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho. O IBGE disponibiliza anualmente um panorama geral das organizações formais ativas no país, com destaque para informações sobre natureza jurídica, pessoas ocupadas e atividades econômicas.

Com o objetivo de produzir um retrato do uso das TIC nas organizações sem fins lucrativos brasileiras, considerando-se as diferenças entre as atividades-fim, portes e regiões brasileiras, a pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos utiliza informações oriundas do Cempre,

⁴ As atividades de “educação, lazer e cultura”, que estavam agregadas na edição de 2012 da pesquisa, foram desmembradas em 2014 para “educação e pesquisa” e “cultura e recreação”. Também foi desmembrada em 2014 a opção “saúde e assistência social”, que em 2012 estava agregada ao item “outros”.

que serve como cadastro-base para o desenho da amostra e para a seleção das organizações a serem contatadas.

FIGURA 1
PLANO AMOSTRAL DA TIC ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS



CRITÉRIOS PARA DESENHO DA AMOSTRA

A amostra da pesquisa é desenhada utilizando a técnica de amostragem estratificada, que visa melhorar a precisão das estimativas e garantir a inclusão de subpopulações de interesse. A estratificação ocorre em duas etapas.

A primeira etapa compreende a definição de estratos naturais a partir do cruzamento das variáveis: região (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul) e atividade-fim, conforme descrito na Tabela 1. A partir de cada estrato natural, são definidos os estratos finais, que consideram a divisão dos estratos naturais por faixa do número de pessoas ocupadas na organização⁵. As faixas consideradas são: nenhuma pessoa ocupada; de 1 a 2 pessoas ocupadas; de 3 a 9 pessoas ocupadas; de 10 a 49 pessoas ocupadas; e de 50 ou mais pessoas ocupadas. A faixa do número de pessoas ocupadas considerou a informação obtida no Cempre, incluindo sócios e proprietários da unidade local.

⁵ Apesar do domínio de interesse ser pessoas remuneradas, a informação utilizada para estratificação é pessoa ocupada, conforme está disponível no Cempre, como aquelas pessoas com ou sem vínculo empregatício, remuneradas diretamente pela organização. O número de pessoas ocupadas considera os assalariados, autônomos remunerados diretamente pela organização, empregadores e sócios, pessoas da família e trabalhadores temporários. Não são considerados terceirizados e consultores.

Definidas as variáveis, os estratos possibilitam que todas as regiões, atividades-fim e faixas de pessoas ocupadas estejam representadas na amostra, além de permitir análises para os domínios definidos por essas três variáveis individualmente. Contudo, com esse desenho não é possível tirar conclusões para categorias resultantes do cruzamento entre pares de variáveis.

DIMENSIONAMENTO DA AMOSTRA

O tamanho da amostra inicialmente desenhada da pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos tem aproximadamente 4 mil organizações.

ALOCAÇÃO DA AMOSTRA

A amostra de organizações sem fins lucrativos é obtida por amostragem aleatória simples sem reposição em cada estrato final. Dessa forma, dentro de cada estrato final, as probabilidades de seleção são iguais.

Aloca-se um número maior de entrevistas para a região Sudeste por concentrar o maior número de organizações, porém sem mudanças substanciais nos erros esperados nas demais regiões. Do mesmo modo, para as atividades-fim, há um incremento para as organizações de desenvolvimento e defesa de direitos. Dessa maneira, obtém-se a alocação marginal para essas variáveis e, a partir delas, aloca-se o número de entrevistas desejado para cada estrato natural.

A partir do número de entrevistas para cada estrato natural, distribui-se o número de entrevistas por faixa de pessoas ocupadas, isto é, para os estratos finais. O tamanho final da amostra para cada variável de estratificação é apresentado nos relatórios de coleta de dados anuais da pesquisa.

SELEÇÃO DA AMOSTRA

Dentro de cada estrato, as organizações são selecionadas por amostragem aleatória simples. Define-se o processo de seleção como:

N o tamanho total da população;

N_h o tamanho da população do estrato h ;

n o tamanho da amostra; e

n_h o tamanho da amostra dentro de cada estrato.

De tal forma que,

$$n_h = n \times \frac{N_h}{N} .$$

Logo, as probabilidades de inclusão das unidades de amostragem i para cada estrato h são dadas por:

$$\pi_{ih} = \frac{n_h}{N_h} .$$

Considera-se a taxa de resposta das organizações da edição anterior da pesquisa e, com isso, é selecionada aleatoriamente em cada estrato uma amostra reserva com o intuito de aproximar a amostra final do número inicialmente previsto de organizações. O uso da amostra reserva depende dos controles realizados para obtenção de entrevistas.⁶

COLETA DE DADOS EM CAMPO

MÉTODO DE COLETA

As organizações são contatadas por meio da técnica de Entrevista Telefônica Assistida por Computador (*Computer Assisted Telephone Interviewing – CATI*).

PROCESSAMENTO DOS DADOS

PROCEDIMENTOS DE PONDERAÇÃO

A cada organização da amostra é associado um peso amostral básico, obtido pela razão entre o tamanho da população e o tamanho da amostra no estrato final correspondente.

$$w_{ih} = \frac{N_H}{n_h} ,$$

onde:

w_{ih} é o peso básico associado a cada uma das organizações selecionadas, inverso da probabilidade de seleção do respondente, da organização i no estrato h ;

n_h é o tamanho da amostra de organizações no estrato h ; e

N_h é o total de organizações no estrato h .

⁶ Conforme disposto no item Procedimentos e controle de campo do Relatório de Coleta de Dados da pesquisa TIC Organizações Sem Fins Lucrativos.

Para ajustar os casos onde não se obtém a resposta de todos os selecionados, é realizada uma correção de não resposta. A correção de não resposta é dada pela fórmula:

$$w_{ih}^* = w_{ih} \times \frac{N_H}{\sum_i w_{ih}}$$

onde:

w_{ih}^* é o peso com correção de não resposta da organização i no estrato h .

ERROS AMOSTRAIS

As medidas ou estimativas da precisão amostral dos indicadores da TIC Organizações Sem Fins Lucrativos levam em consideração em seus cálculos o plano amostral por estratos empregado na pesquisa.

A partir das variâncias estimadas opta-se por divulgar os erros amostrais expressos pela margem de erro. Para a divulgação, as margens de erros são calculadas para um nível de confiança de 95%. Assim, se a pesquisa fosse repetida, em 19 de cada 20 vezes o intervalo conteria o verdadeiro valor populacional. Normalmente, também são apresentadas outras medidas derivadas dessa estimativa de variabilidade, tais como erro padrão, coeficiente de variação e intervalo de confiança.

O cálculo da margem de erro considera o produto do erro padrão (a raiz quadrada da variância) por 1,96 (valor de distribuição amostral que corresponde ao nível de significância escolhido de 95%). Esses cálculos são feitos para cada variável em todas as tabelas. Portanto, todas as tabelas de indicadores têm margens de erro relacionadas a cada estimativa apresentada em cada célula da tabela.

DISSEMINAÇÃO DOS DADOS

Os resultados desta pesquisa são divulgados de acordo com as seguintes variáveis de cruzamento: porte da organização, região geográfica e atividade-fim.

Arredondamentos fazem com que, em alguns resultados, a soma das categorias parciais supere 100% em questões de resposta única. O somatório de frequências em questões de resposta múltipla usualmente ultrapassa 100%.

REFERÊNCIAS

Comissão Nacional de Classificação – Concla (2011). *Tabela de natureza jurídica 2009.1*. Recuperado em 15 dezembro, 2014, de <http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/organizacao-juridica/tabela-de-natureza-juridica>

Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – Unctad (2009). *Manual for the production of statistics on the information economy 2009*. Recuperado em 20 maio, 2012, de http://www.unctad.org/en/docs/sdteecb20072rev1_en.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2007). *Introdução à Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE versão 2.0*. Recuperado em 29 agosto, 2013, de <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/classificacoes/cnae2.0/cnae2.0.pdf>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010). *As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2012). *Notas técnicas – Estatística do Cadastro Central de Empresas 2010*. Recuperado em 19 setembro, 2012, de ftp://ftp.ibge.gov.br/Economia_Cadastro_de_Empresas/2010/notas_tecnicas.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2013). *Cadastro Central de Empresas – Cempre 2011*. Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2016). *Pesquisa de Inovação Tecnológica*. Rio de Janeiro: IBGE.

Organização das Nações Unidas – ONU (2002). *Handbook on non-profit institutions in the system of national accounts. Studies in methods. Series F, 91*. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division.